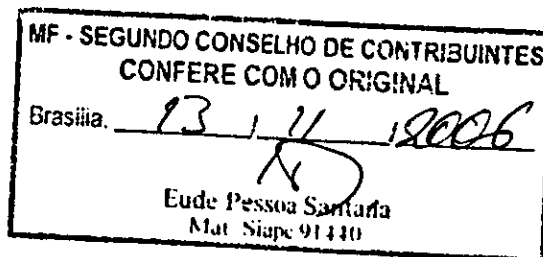


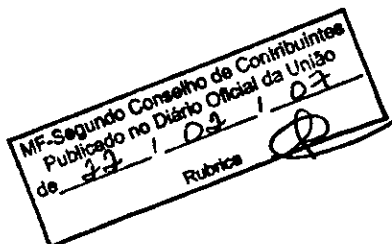


Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10510.001853/2002-32  
Recurso nº : 129.312  
Acórdão nº : 201-79.448



Recorrente : RICOL REPRESENTAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
Recorrida : DRJ em Salvador - BA



### PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. LANÇAMENTO INDEVIDO.

Comprovada, ainda que extemporaneamente, a extinção do crédito tributário pelo pagamento, posto que o Processo Administrativo Fiscal busca a verdade real, há que se cancelar o auto de infração.

**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por RICOL REPRESENTAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2006.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Maurício Taveira e Silva*  
Maurício Taveira e Silva  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Gileno Gurjão Barreto, José Antonio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas e Gustavo Vieira de Melo Monteiro.

Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 13/11/2006  
Eude Pessoa Santana  
Mat. Siage 91440

2º CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_

Processo nº : 10510.001853/2002-32  
Recurso nº : 129.312  
Acórdão nº : 201-79.448

Recorrente : RICOL REPRESENTAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

## RELATÓRIO

RICOL REPRESENTAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., devidamente qualificada nos autos, recorre a este Colegiado, através do recurso de fls. 35/37, contra o Acórdão nº 6.108, de 30/11/2004, prolatado pela 4ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador - BA, fls. 27/31, que julgou procedente o auto de infração nº 736 de fls. 10/11, decorrente de auditoria interna na DCTF do primeiro trimestre de 1998, para exigir o crédito tributário no valor total de R\$ 8.770,72, à época do lançamento, relativo à Cofins, por "FALTA DE RECOLHIMENTO OU PAGAMENTO DO PRINCIPAL, DECLARAÇÃO INEXATA" (fl. 11) no período de apuração de janeiro e fevereiro de 1998, em razão de que o pagamento não fora localizado.

A interessada, inconformada, apresentou a impugnação de fls. 01/04 e anexos de fls. 05/21, em 04/07/2002, alegando, em apertada síntese, que:

- 1) a empresa requerera a sua inclusão no Refis; e
- 2) a multa de ofício aplicada se constitui em confisco.

Requer, ao final, que lhe sejam resguardados todos os meios probantes existentes, notadamente o pericial, bem como anexação de novos documentos comprobatórios.

A DRJ julgou procedente o lançamento.

Tempestivamente, em 11/01/2005, a contribuinte protocolizou recurso voluntário de fls. 35/37, apresentando dois Darfs nos respectivos valores lançados, pagos à época de seus vencimentos, porém, com o CNPJ da filial, motivo pelo qual somente agora foram localizados, determinando sua apresentação extemporânea.

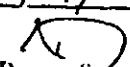
Por meio do despacho de fl. 41, a DRF analisou os pagamentos apresentados pela contribuinte, verificando que os mesmos encontram-se disponíveis no sistema Sief (fls. 38/40).

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10510.001853/2002-32  
Recurso nº : 129.312  
Acórdão nº : 201-79.448

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, <u>13</u> / <u>11</u> / <u>2006</u>  Eude Pessoa Santana Mat. Siapc 91440
---

2ª CC-MF Fl. _____
-----------------------

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA

Tendo em vista que o Processo Administrativo Fiscal busca a verdade material e se pauta na formalidade moderada e ainda, com fulcro nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a despeito de as provas terem sido apresentadas a destempo, deve-se delas conhecer.

A contribuinte comprova ter efetuado o pagamento, porém, de modo equivocado, o fez com o CNPJ da filial, fato que, embora tenha acarretado a não localização do pagamento, uma vez sendo confirmado pela autoridade lançadora, não justifica a manutenção do auto de infração.

Tendo em vista que a recorrente apresentou documento hábil e idôneo ratificado pela DRF, comprovando que o débito se encontra extinto pelo pagamento, não há de ser o cumprimento equivocado de uma obrigação acessória que fará ressurgir sua dívida tributária.

Isto posto, **dou provimento ao recurso voluntário para cancelar o auto de infração.**

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2006.

  
MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA 